


BRASIL X ÁFRICA PORTUGUESA: DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO, GEOPOLÍTICA E PERSPECTIVAS PARA A COMUNIDADE LUSÓFONA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-195>

Data de submissão: 29/09/2024

Data de publicação: 29/10/2024

Pablo Henrique Cordeiro Lessa

Docente de Direito da Universidade do Estado do Amapá (UEAP)

E-mail: pablo.lessa@ueap.edu.br

Nélida Astezia Castro Cervantes

Docente de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: nelidacervantes@hotmail.com

Zara Laís Radge Monteiro

Doutoranda em Direito pela Universidade de Lisboa/Portugal

E-mail: zara.radge@gmail.com

William Magalhães Lessa

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: williamlessa33@gmail.com

Ana Rízzia Cunha Cordeiro Forte

Doutoranda em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: rizziacordeiro@gmail.com

RESUMO

O Brasil desempenhou, por muitos anos, posição estratégica no cenário internacional, com reconhecimento do importante papel de mediador de conflitos e de parceiro político para a emergência de novos atores com peso crucial na Comunidade Internacional. Com foco no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e nos BRICS, foi possível elevar o país ao patamar ocupado durante a última década, sendo ator direto na Agenda da geopolítica e participando da tomada de decisão a respeito dos rumos que serão seguidos nos próximos anos pelo planeta. No entanto, com a mudança interna de gestão, o país sofreu perdas em relação à condução de sua política internacional, enfraquecendo a participação brasileira em importantes órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas. A posição agora ocupada, inclusive não participando o Presidente da República de Fóruns Internacionais importantes, necessita de novas abordagens para colocar o Brasil, novamente, no cenário geopolítico internacional. Uma dessas estratégias é por meio da aproximação das relações internacionais com a África Portuguesa, e modo a fortalecer o vínculo da comunidade lusófona e efetivar o direito à autodeterminação dos povos. Cada país africano, a par de sua própria história, demanda diferentes estratégias de abordagem brasileira para que, de fato, as interações sejam incrementadas. O presente artigo, assim, propõe-se a evidenciar eventuais alternativas de incremento a essas relações na contemporaneidade de acordo com o que aparenta ser mais vantajoso e promissor ao Brasil em relação à África Portuguesa.

Palavras-chave: Geopolítica. Autodeterminação dos Povos. Direito Constitucional. Lusofonia.

1 INTRODUÇÃO

Para a compreensão do processo de integração da comunidade lusófona, é essencial compreender o processo de integração e de interpretação da geopolítica e geoestratégica das relações entre o Brasil e a África Portuguesa – composta por antigas colônias portuguesas.

Dessa forma, propõe-se, por meio de revisão bibliográfica composta por documentos e literatura relevante sobre o tema, contextualizar as relações entre o Brasil e os países que são antigas Colônias portuguesas e que hoje conseguiram a independência, com o reconhecimento de Estado e de Governo, como no caso de Angola, dado pelo Brasil, de forma aparentemente paradoxal, pois o grupo inimigo do MPLA foi apoiado pelos EUA e o Brasil, teoricamente apoiador dos EUA, não deixou de apoiar politicamente o MPLA que se instalou no poder e permanece até os dias atuais. A medida propõe a elevar a autodeterminação dos povos africanos, disposta como princípio constitucional, em associação à cooperação entre os povos para progresso da humanidade.

Pretende-se, dessa forma, compreender a história e a sua influência nas relações entre o Brasil e os países pertencentes à África Portuguesa; compreender as alterações de política externa e econômica em relação a esses Estados durante os diferentes governos, analisando-se um período desde a colonização até o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff; e evidenciar eventuais alternativas de incremento a essas relações na contemporaneidade de acordo com o que aparenta ser mais vantajoso e promissor ao Brasil em relação à África Portuguesa.

Envolto à ideia, Stoessinger (1978)¹ evidencia que o poder de um país depende do que os outros pensam sobre ele, ou de como o próprio Estado percebe como os outros o encaram. Nesse sentido, Miyamoto (2014)² defende que a geopolítica se refere à disputa de poder no âmbito internacional, o qual não é absoluto e reconhecido somente por aquele Estado em questão, mas é referente, mais, ao nível de poder aceito e reconhecido pela Sociedade Internacional como pertencente àquele país.

É uma espécie de influência, que é visualizada como poder, que determinado Estado possui sobre os demais, sendo reconhecido por eles como detentor dessa influência. Apresentam-se, ao longo desse capítulo, gráficos que demonstram as relações comerciais e políticas mantidas entre o Brasil e essas ex-colônias portuguesas e o impacto dessas relações no desenvolvimento econômico desses países.

Somente assim, é possível compreender o processo de integração vivenciado pela comunidade lusófona e as diferentes relações tratadas entre o Brasil e as antigas colônias portuguesas, que se

¹ STOEßINGER, J. *O poder das nações. A política internacional de nosso tempo*. São Paulo (SP): Editora Cultrix, 1978, p. 32.

² MIYAMOTO, S. *Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais*. Boa Vista (RR): Edit. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014, p. 13.

mostram importantes parceiras estratégicas no alcance de uma zona de maior influência brasileira na geopolítica internacional.

2 GEOPOLÍTICA EM PRÁTICA

Miyamoto (2014)³ destaca que o termo geopolítica vem sendo utilizado indistintamente, longe do seu conceito original, irresponsavelmente por alguns profissionais, acadêmicos e, até mesmo, jornalistas e reconhece que o conceito ganhou importância após a ocorrência da Guerra Fria, que demonstrou a vulnerabilidade de todos os países do mundo, mesmo aqueles tidos anteriormente como “totalmente seguros”, visto que a ascensão de uma potência, que no exemplo utilizado fora a União Soviética, punha em risco o poderio alcançado pela potência máxima à época, os Estados Unidos, que se viram ameaçados por diversos avanços militares e espaciais alcançados pela URSS. Para Miyamoto⁴, a geopolítica seria uma “teoria de poder”.

Logo, entende-se que a geopolítica envolve a compreensão do âmbito da atuação estatal considerando-o como pertencente à Sociedade Internacional, como um dos diversos polos existentes no mundo e que, dependendo da maneira que exerce suas reações com os demais, pode obter êxito ou ser excluído dos principais cenários de relacionamento internacional.

Além disso, não se pode ignorar as alianças estratégicas e as trocas de interesse, bem como o sistema de freios e contrapesos no âmbito internacional, que leva os Estados a conviverem, de certa forma, de maneira harmônica, a qual, uma vez quebrada, leva à ocorrência de guerras.

Raymond Aron (1979)⁵ conceitua *estratégia* como “o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares, e de *diplomacia* a condução do intercâmbio com outras unidades políticas. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, à concepção de que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, fazem “do interesse nacional”.

Em tempos de paz, a política se utiliza de meios diplomáticos, sem excluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça. Durante a guerra, a política não afasta a diplomacia, que continua a conduzir o relacionamento com os aliados e os neutros (e, implicitamente, continua a agir com relação ao inimigo, ameaçando-o de destruição ou abrindo-lhe uma perspectiva de paz”).

Entre os elementos que compõem a geopolítica, Miyamoto (2014)⁶ destaca a geografia, que pode favorecer determinado Estado com uma posição favorável e recursos naturais em abundância; a

³ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 11.

⁴ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 15.

⁵ ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1979, p. 60.

⁶ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 15-16.

posição ideológica do país em determinado momento; a sua população, utilizada na construção de uma base industrial moderna; seu território; sua capacidade militar de defender fronteiras e instituições, garantindo a segurança nacional.

A geopolítica, durante o século XX, esteve atrelada à visão expansionista e beligerante dos Estados, sobretudo os europeus, que viram, segundo Miyamoto (2014)⁷ a oportunidade de ampliarem suas zonas de influência e de poder. Após a morte de milhões de pessoas, tal posicionamento fez com que a geopolítica fosse encarada negativamente, e que incentivava o desrespeito às normas de Direito Internacional.

Miyamoto (2014)⁸ diz que a geopolítica estaria atrelada essencialmente às políticas de poder que visavam a proteção nacional atrelada à expansão contínua do território dos Estados até o seu limite máximo.

Em posição favorável à apresentada, está Atencio (1975)⁹, que conceitua geopolítica como ciência que analisa a influência de elementos geográficos na evolução dos Estados com o objetivo de obter conclusões de cunho político. Miyamoto (2014)¹⁰ agrega Ratzel e Kjellen como outros importantes autores do que denominou geopolítica terrestre.

Ribeiro (2007)¹¹ alude que “tornou-se essencial aos Estados responder à nova e complexa interdependência global e promover a reformulação das tradicionais posições diante de temas e acontecimentos que, mesmo geograficamente distantes, passaram a afetar diretamente a vida nacional”.

Nas relações Brasil e África percebe-se ao longo da história militar brasileira o destaque a manutenção e desenvolvimento das relações Brasil e África, tendo em vista a necessidade e importância estratégica e geopolítica do Atlântico Sul em função do Espaço e da força do governo do MPLA. Esse posicionamento também é apoiado pela diplomacia brasileira que sempre destaca a importância de manutenção dessas relações Brasil-África.

⁷ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 18.

⁸ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 19.

⁹ ATENCIO, J. *Qué es la geopolítica*. Buenos Aires (Argentina): Editorial Pleamar, 1975, p. 41.

¹⁰ MIYAMOTO, S. *Geopolítica...*, cit, p. 20.

¹¹ RIBEIRO, C. *Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)*. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, 2007, p. 29.

3 RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA PORTUGUESA: IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS AO LONGO DA HISTÓRIA

Para o Brasil, Ribeiro (2007)¹² destacou a importância, também, da promoção de ações que fortalecessem os seus interesses e destacassem a sua autonomia, sendo a África uma alternativa plausível e promissora.

Dados do Fundo Monetário Internacional – FMI (2017)¹³ acerca das taxas de crescimento do PIB por região revelam que, entre 2000 e 2012, os continentes que apresentam maiores taxas foram a Ásia e a África.

De fato, a China, economia que mais cresce nos últimos vinte e cinco anos, tem implementado esforços para penetrar no continente africano, tendo o continente tanto servido como fornecedor de matérias primas estratégicas como sendo visto como potencial mercado consumidor. No que tange ao Brasil, cumpre ressaltar a relação entre o Brasil e a chamada África-portuguesa – países que foram colônias portuguesas. Esta relação não seguiu uma trajetória uniforme, ora se estreitando, ora se distanciando, seja política ou comercialmente.

As relações do Brasil com os países africanos iniciam-se com o comércio de escravos no século XVI para servirem de mão de obra para uma das mais lucrativas atividades daquele século – a cultura de cana de açúcar. Se por um lado, esse comércio favoreceu o desenvolvimento e crescimento econômico da colônia portuguesa na América, por outro lado, implicou em desrespeitosa conduta do ponto de vista humano: os habitantes do continente africano eram aprisionados e escravizados, vendidos e comercializados como produtos. Nenhum de seus aspectos culturais costumava ser respeitado e os povos africanos trazidos ao país eram tratados como verdadeiros animais – com castigos e humilhações.

Marquese (2006)¹⁴ destaca que, a partir do século XVII, o sistema escravista brasileiro alcançou uma correlação entre o tráfico transatlântico e a quantidade de alforrias concedida, sendo possível intensificar o tráfico sem colocar em risco a ordem social escravista, uma vez que, ao conceder alforrias, tornava-se exequível no imaginário dos escravos que, com o passar do ano e trabalho duro, era possível tornar-se livre, diminuindo a tensão social e a insatisfação com a condição a que eram impostas essas pessoas.

O ideário africano restou atrelado ao desenvolvimento do próprio Brasil como nação. Com o passar dos anos, a mistura de diferentes etnias africanas com os portugueses e indígenas que habitavam

¹² RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 30.

¹³ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Crescimento do PIB por Região*. Portal do FMI [online], 2017.

¹⁴ MARQUESE, R. *A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX*. São Paulo (S): Novos estud., 2006, p. 02.

o início do que hoje se tornou o Brasil enraizou tradições, costumes e crenças africanas no imaginário popular brasileiro, tornando-os parte da cultura genuinamente brasileira.

Saraiva (2012)¹⁵ afirma que, acima do discurso brasileiro de resgate às origens e respeito às influências africanas, a dívida histórica que o país possui e que foi amplamente utilizado para justificar uma maior aproximação com o continente africano reconhece as mazelas da escravidão. Em complemento, Fingermann (2012)¹⁶ defende que a dívida histórica reascende o cooperativismo Sul-Sul, dando maior margem de atuação ao Brasil.

Lechini (2008)¹⁷ atribui a Portugal o impedimento da continuidade das relações entre o Brasil e a África logo após o período colonial, visto que o país europeu, após a Independência do Brasil, vetou as relações comerciais entre o país sul-americano e as antigas colônias portuguesas na África.

Envolto ao tema, Rosso e Deliberali (2015)¹⁸ evidenciam que houve, inclusive, no momento de Independência do Brasil, uma movimentação direcionada a uma tentativa de anexação de Angola a fim de furar o bloqueio comercial imposto por Portugal do recém-independente país com as colônias portuguesas na África.

Ribeiro (2007)¹⁹ defende que a política externa é uma política de Estado, estando menos sujeita, portanto, a transformações bruscas e alterações inesperadas. E, a política externa brasileira, segundo o autor, não foi somente de modo reativo às mudanças no sistema internacional, mas, principalmente, de exploração das margens de manobra e possibilidades abertas em cada uma das conjunturas vivenciadas.

No século XX, as relações comerciais entre o Brasil e a África puderam ser retomadas, de acordo com o que preleciona Lechini (2008)²⁰. Apesar disso, a África não parecia interessante do ponto de vista econômico devido a atrasos tecnológicos e políticos, bem como à proliferação irresponsável do estereótipo do africano em um patamar social inferior àquele de cidadãos oriundos de países europeus, “herança maldita” do passado escravocrata brasileiro.

O ativismo da política externa brasileira deve, segundo Ribeiro (2007)²¹, “ser reconhecido como componente de um processo de inovação (...), prevê a constante necessidade de combinação de

¹⁵ SARAIVA, J. *África parceira do Brasil Atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte (MG): Editora Fino Traço, 2012, p. 111.

¹⁶ FINGERMANN, N. *Comentários à obra África parceira do Brasil Atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Porto Alegre (RS): Século XXI, 2012, p. 130.

¹⁷ LECHINI, G. *O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty*. Revista Nueva Sociedad [online], 2008, p. 57.

¹⁸ ROSSO, D.; DELIBERALI, D. *Relações Comerciais Brasil-PALOP (2010-2014): evolução ou estagnação?* Porto Alegre (RS): Estado e Democracia em mudança no século XXI, 2015, p. 03.

¹⁹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 30.

²⁰ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 57.

²¹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 31.

novos insumos com a busca permanente por novos produtos (...) condições essenciais para a promoção de seus interesses domésticos e externos: desenvolvimento e autonomia”.

Hermann (1990)²² descreve níveis de mudança e características da Política Externa, sendo divididos e explicados da seguinte forma:

- a) *Adjustment changes*: ajustes na Política Externa Desenvolvida em que não ocorrem mudanças nas diretrizes adotadas;
- b) *Program changes*: mudanças nos métodos usados para a consecução de objetivos que levam a alterações de caráter qualitativo;
- c) *Problem/goal changes*: mudanças dos objetivos da política externa que levam à alteração de seu alvo e à escolha de novas metas ou diretrizes internacionais;
- d) *International orientation changes*: alterações globais na percepção do ator sobre o sistema internacional e a sua auto-localização.

Somente após a segunda metade do século XX, fruto da adoção de nova política externa brasileira, a África surgiu como uma alternativa verdadeiramente plausível e que esteve facilitada pelas proximidades em alguns elementos, como idioma (em alguns países africanos) e cultura, sendo incorporados diversos aspectos da cultura africana à cultura brasileira durante os períodos em que ocorreram a escravidão e posteriores.

Silva (2003)²³, por meio de seu livro clássico “Geopolítica e Poder”, tornou-se o principal teórico da geopolítica dentro do exército brasileiro, sobre o qual formula várias estratégias do estado-nacional brasileiro no mundo pós-guerra tanto em relação as articulações internas do território brasileiro com objetivo de manter as regiões brasileiras articuladas de acordo os objetivos nacionais.

No campo interno em síntese, Silva (2003)²⁴ fez uma análise geopolítica da história política brasileira desde os tempos do período colonial português entre os processos de descentralização e concentração política administrativa, que ele chamou de forma figurativa de “sístoles” e “diástoles”, iniciando com as capitânicas hereditárias (descentralização), com os governadores gerais (centralização), criação das colônias portuguesas do Maranhão e do Grão Pará junto com o Brasil (descentralização), vice-reinado (centralização).

No Brasil independente, o processo continua com o primeiro reinado (centralização), regência (descentralização), segundo reinado (centralização), primeira república (descentralização), revolução

²² HERMANN, C. *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*. International Studies Quarterly, 1990, p. 05.

²³ SILVA, G. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Univer Cidade, 2003, p. 480.

²⁴ SILVA, G. *Geopolítica ...*, cit., p. 480-481.

de 1930 e “Estado Novo” (centralização), período de vigência da constituição de 1946 (descentralização), golpe de 1964 (centralização), pós- constituição de 1988 (descentralização).

Estas nominadas sístoles e diástoles por Silva (2003)²⁵ foram uma das principais responsáveis pela expansão, consolidação territorial e integração da América Portuguesa em contraposição a desagregação da América Espanhola em diversas estados-nações, com a forte presença de guerras civis e grande instabilidade política.

No campo externo, as formulações geopolíticas de Silva colocam o Brasil como líder da parte sul da “Fortaleza Americana” e os Estados Unidos atuariam diretamente na parte norte numa perspectiva global pela sua natureza de maior potência econômica do planeta. A área de influência da “Fortaleza Americana” se daria em termos de “hemiciclos interior e exterior”: o primeiro seria uma influência mais direta que no caso da ação brasileira em termos geopolíticos seria além de seus vizinhos, o “Atlântico Sul” e os países da África Ocidental.

O “hemiciclo” interior seria uma área de segurança e influência direta da potência líder na região, por isso no caso brasileiro justificaria o interesse em relação ao Atlântico Sul e a África, mesmo que em diversos momentos ocorressem tensões com o aliado do norte, os Estados Unidos, como ocorreria nas decisões brasileiras de expansão da jurisdição do mar territorial brasileiro para duzentas milhas e o apoio a brasileiro a governos africanos não necessariamente alinhados aos Estados Unidos.

Após o golpe de 1964, Golbery do Couto e Silva foi o principal mentor da criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), estrutura do governo militar de nível hierárquico ao de ministério, responsável tanto pelo levantamento de informações com fins de repressão aos opositores do regime, como também de formulações estratégicas no campo político, econômico e com influência nas relações exteriores do país.

No comando do SNI, Golbery do Couto e Silva utilizaria seus conhecimentos teóricos de geopolítica na realização de estudos de conjuntura como de cenários em uma época de extrema polarização entre o bloco americano e soviético.

Em 1974, assume o governo o General Ernesto Geisel e nomeia como chefe da Casa Civil o General Golbery do Couto e Silva, ambos antigos integrantes do “Grupo da Sorbonne” e promovem uma guinada nas estratégias geopolíticas brasileiras refletidas em especial na “política externa independente” do Itamaraty”. Em consonância com os modelos geopolíticos indicados por Golbery e nas discussões do “Grupo da Sorbonne”²⁶, o Brasil se volta para a África. Reconhece a independência

²⁵ SILVA, G. *Geopolítica ...*, cit., p. 479-481.

²⁶ Grupo de oficiais do Exército brasileiro que ficaram conhecidos por sua condição intelectual mais sofisticada, por isso o nome “Sorbonne” em referência a Universidade francesa, em contraposição a outro grupo de militares conhecido como “Ala Dura” ou “Casca Grossa” de menor capacidade de formulação estratégica.

do governo socialista de Angola em relação a Portugal, contrário aos interesses americanos que apoiava o grupo guerrilheiro opositor da UNITA, a mesma política é adotada em relação às antigas colônias portuguesas na África (Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau).

O governo Geisel apoia as resoluções da Organização das Nações Unidas contra o governo racista da África do Sul, como também de condenação a ocupação de território palestino por Israel. Ao mesmo tempo, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores brasileiro) adota uma estratégia de relacionamento de maior profundidade com países não inteiramente alinhados aos americanos.

Lechini (2008)²⁷ evidencia o caráter duplo da retomada das relações entre Brasil e África: promoção da solidariedade entre os países do Sul associada ao aumento da capacidade do Brasil nos assuntos globais e uma diversificação das relações externas brasileiras.

Ribeiro (2007)²⁸ destaca a impossibilidade de se considerar a política externa sem visualizar os objetivos nacionais perseguidos e definidos, estando, portanto, esta condicionada às circunstâncias que caracterizam o Estado, como situação geográfica, econômica, regime político, cultura e tradição diplomática. Dentre os elementos dispostos pelo autor, percebe-se grande aproximação do Brasil com os países africanos em relação à situação geográfica e à cultura.

Lechini (2008)²⁹ nomina esse tipo de diplomacia baseada em semelhanças culturais como diplomacia cultural. Entre os elementos destacados por Ribeiro (2007)³⁰, quando da execução da política externa brasileira, estão a busca por mercados, financiamentos, investimentos e tecnologia. Assim, o autor atribui a ela um caráter eminentemente econômico, voltada ao desenvolvimento, mas que não conta com ampla participação social, restando restrita ao Poder Executivo.

Se por um lado esse caráter pode ser positivo, pois não ocorrem grandes transformações e visões do que deve ser feito, por outro lado é negativo, pois gera um distanciamento dos demais Poderes da política externa do país, além de ignorar outras variáveis tão importantes como o desenvolvimento humano e a solidariedade internacional. Destaca, ainda, que a política externa brasileira direcionada aos países africanos está quase sempre apoiada por agências estatais e está desvinculada de movimento social.

Por outro lado, para Lima (1982)³¹, “as relações Brasil-África só podem ser adequadamente apreendidas quando examinadas no contexto mais amplo da política externa brasileira recente, mais precisamente no âmbito da estratégia de inserção do país no sistema mundial”. Mas as relações Brasil-

²⁷ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 57.

²⁸ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 33.

²⁹ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 58.

³⁰ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 36.

³¹ LIMA, M. *Notas sobre as relações Brasil-África no contexto da política externa brasileira*. Estudos Afro-Asiáticos, 1982, p. 241.

África nem sempre foram estáveis. Ribeiro (2007)³² evidencia o seu caráter de intensidade variável, com declínio entre 1980-1990 e recuperação após o início do século XXI. Enquanto na década de 1980 focava em países considerados prioritários, como África do Sul, Angola e Nigéria; a política teve alterações consideráveis no novo século.

Ribeiro (2007)³³ elenca uma atuação, às vezes, oportunista do Brasil em política externa, visto que, no plano regional, no qual possui recursos maiores que os vizinhos, obtém ganhos relativos e tenta preservar sua autonomia, inclusive quando requerida maior atuação no âmbito do MERCOSUL, sem permitir a continuidade de instituições; ao passo que, no plano global, em que a divisão do poder desfavorece o país, a diplomacia tenta institucionalizar regimes para obter ganhos absolutos, abrindo mão, inclusive, de autonomia em alguns contextos.

Vaz (1999)³⁴ evidencia a busca pela diversificação de contratos e parcerias na política externa brasileira, sobretudo relações bilaterais, possibilitando uma maior capilaridade em nível internacional, mesmo que tal fenômeno não tenha sido suficiente para colocar o país no rol daqueles que tomam as decisões mais importantes no cenário internacional.

Tal caráter universalista fez com que Ribeiro (2007)³⁵ nominasse o Brasil como *global trader*, ou país em que se visualiza alto grau de diversificação em fluxos financeiros de importação e exportação. Este comportamento se reflete nas participações de diferentes continentes nas exportações nacionais no ano de 2016, que, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC (2017), 20% destas são direcionadas à China, Hong Kong e Macau; 18% à União Europeia; 15,9% ao NAFTA; 9,9% ao MERCOSUL. Esse é um benefício adquirido que confere flexibilidade econômica no âmbito internacional que deve ser preservada pelo país.

Além disso, Ribeiro (2007)³⁶ afirma que o país se posiciona, no cenário global, em prol da paz e da democracia, e que, após uma mudança de paradigma visualizada após a década de 1990, o universalismo e a autonomia configuraram-se de vez como regra de execução de política externa brasileira.

Ribeiro (2007)³⁷ defende que a África surgiu no cenário da política externa brasileira ainda no governo Jânio Quadros, no bojo da Política Externa Independente, mas que já fora elencada como

³² RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 43.

³³ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 48.

³⁴ VAZ, A. *Parcerias Estratégicas no Contexto da Política Exterior Brasileira: implicações para o MERCOSUL*. Revista Brasileira de Política Internacional, 1999, p. 53.

³⁵ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 50.

³⁶ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 54.

³⁷ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 57.

importante no cenário da diplomacia no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) pela vontade de construir uma comunidade luso-tropical.

Fingermann (2012)³⁸ afirma que, para Juscelino Kubitschek, a independência dos países africanos era uma barreira ao crescimento do comércio brasileiro com as potências europeias, pois estariam concorrendo diretamente entre si para abastecer as antigas Metrôpoles. Finalmente, durante o curto governo Jânio Quadros (1961-1961) evidencia-se o apoio à autodeterminação dos povos africanos.

África também surgiu em uma conjuntura de fortalecimento do terceiro-mundismo, da quebra da polarização Leste-Oeste imposta na Guerra Fria e na busca por outras parcerias alternativas à americana, na qual, segundo Ribeiro (2007)³⁹, o Brasil objetivava o protagonismo. Entretanto, a política barrava na relação de amizade com Portugal, antiga Metrôpole do país, do qual o Brasil era um forte parceiro, o que impossibilitava uma maior atuação nas áreas de conflito e em processo de independência das antigas colônias portuguesas.

Somente após a independência das colônias portuguesas entre 1974 e 1975, Ribeiro (2007)⁴⁰ considera que a atuação brasileira passou a ter mais consistência, consolidando-se nos governos Médici, Geisel e Figueiredo, nos quais foi exercida a política de pragmatismo responsável, aproximando-se dos países da África Portuguesa e da Nigéria.

É, inclusive, no governo Geisel, veem uma mudança de postura do governo militar em relação à África. Os autores destacam o Pragmatismo Responsável e Ecumênico do governo Geisel como consolidador da política brasileira ao continente africano, superando, finalmente, a dicotomia imposta ao Brasil durante o processo de independência das ex-colônias portuguesas africanas, estando o país ora em favor de Portugal, ora em favor das novas nações independentes.

No que tange ao reconhecimento de Estados, o Brasil se posicionou sempre em favor de reconhecer os novos países independentes. Em 1975, após já ter reconhecido a independência de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, segundo Rosso e Deliberali (2015)⁴¹, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a Independência de Angola, que estava, naquele momento, sob o governo leninista-marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

³⁸ FINGERMANN, N. *Comentários ...*, cit., p. 130.

³⁹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 58.

⁴⁰ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 59.

⁴¹ ROSSO, D.; DELIBERALI, D. *Relações...*, cit., p. 04.

Nesse período, Lechini (2008)⁴² defende que a vulnerabilidade energética do Brasil foi um estímulo para a aproximação com os países africanos produtores de petróleo. Essa abordagem foi problemática, visto que a produção de petróleo estava concentrada em alguns poucos países.

Lechini (2008)⁴³ destaca que a África se transformara num mercado para a prestação de serviços que impulsiona a venda de mercadorias e permite a transferência real de tecnologia, visto que os produtos manufaturados brasileiros puderam ser exportados àquele continente.

Ribeiro (2007)⁴⁴ destaca que, entre 1973 e 1974, as exportações para o continente africano cresceram 129,1%, de US\$190.001.000 para US\$435.323.000, sobretudo pela venda de produtos industrializados como tratores, caminhões e ônibus; ao passo que as importações cresceram 300,2%, de US\$169.903.000 para US\$679.998.000.

Atualmente, em 2016, as exportações brasileiras para a África somam US\$ 7,8 bilhões de dólares e representam 4,2% do total das exportações nacionais. Saliente-se que, em 1997, essas exportações eram apenas de US\$1,5 bilhão e 2,8% do total exportado do Brasil, o que demonstra o crescimento e o potencial nas relações comerciais Brasil-África.

Com o fim do regime militar, a redemocratização brasileira provocou consequências negativas na política externa brasileira, que passou a ser um balcão de negócios e de trocas partidárias, apesar de serem mantidas os antigos paradigmas aplicados durante os governos militares.

Para piorar a situação, a crise econômica, o fim da polarização imposta pela Guerra Fria, a turbulência econômica provocada pela globalização financeira e a dívida externa brasileira provocaram fenômenos de enfraquecimento do que fora construído nos governos anteriores.

Lechini (2008)⁴⁵ elenca o que denominou como “Custo África” como um fator que fortaleceu o enfraquecimento da África como objetivo principal na política externa brasileira, entre os quais estavam carência de mão-de-obra qualificada, de infraestrutura e de estabilidade econômica, financeira e política, bem como segurança interna. A autora destaca a instabilidade política e econômica como principais norteadoras desse conceito.

Ribeiro (2007)⁴⁶ evidencia que, durante o governo Sarney (1985-1989), foram mantidos os preceitos de coexistência e cooperação com os demais membros da sociedade internacional, mas que a África perdeu espaço considerável, pois foram reestabelecidas antigas prioridades, como a relação com os Estados Unidos e o fortalecimento da América do Sul.

⁴² LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 60.

⁴³ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 62.

⁴⁴ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 60.

⁴⁵ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 56.

⁴⁶ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 64-65.

Lechini (2008)⁴⁷ nomina a política do governo Sarney como diplomacia de resultados, da qual a África foi paulatinamente sacada a partir da análise e consideração como insatisfatórios das relações econômicas e comerciais com o continente. As relações com a África, nesse período, foram baseadas, primordialmente, na aproximação cultural e de reconhecimento de um passado histórico, sobretudo àqueles países que possuem o Português como idioma oficial, constituindo o PALOP, que serviria como início da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – e de cujas reuniões participavam Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Também foi desenvolvido um programa de facilitação de comércio chamado de *countertrade* que, de acordo com Ribeiro (2007)⁴⁸, permitia o pagamento de mercadorias por mercadorias, sendo o petróleo o principal produto de troca, ganhando destaque, principalmente, com Nigéria e Angola.

O Brasil também iniciou a exercer influência sobre o continente africano, posicionando-se veementemente contra o *apartheid* existente na África do Sul, inclusive com sanções comerciais, como o veto à exportação de petróleo, armas e munições, licenças e patentes e de atividades de intercâmbio cultural, artístico e desportivo.

A insegurança em relação ao sucesso das relações Sul-Sul pôs em xeque o projeto do Brasil na África, visto que os países do então considerado Terceiro Mundo não possuíam condições de suprir as demandas ocasionadas pela crise da dívida dos países de terceiro mundo. Quando a África é destacada, Ribeiro (2007)⁴⁹ evidencia que a situação era ainda pior, já que a dívida externa praticamente duplicou, com aumento do comprometimento dos Produtos Internos Brutos da África Subsaariana de 31% para 67% e elevação das taxas de juros internacionais.

Ribeiro (2007)⁵⁰ destaca que os países africanos ficaram reféns de suas dívidas externas, da escassez de recursos para desenvolvimento e de programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, além de exportarem primordialmente produtos agrícolas e matérias primas minerais, ao passo que importavam bens de capital, máquinas, manufaturados e energia.

Saraiva (2012)⁵¹ destaca que a entrada da China na África, em contraposição às exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, veio para modernizar a economia do continente. Fingermann⁵² evidencia um novo tipo de financiamento criado pelo gigante asiático, em que o pagamento poderia ser realizado com recursos naturais, abundantes no continente, em detrimento do capital, que era escasso.

⁴⁷ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 62.

⁴⁸ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 67.

⁴⁹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 77.

⁵⁰ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 81.

⁵¹ SARAIVA, J. *África...*, cit., p. 85.

⁵² FINGERMAN, N. *Comentários ...*, cit., p. 131.

As relações econômicas entre o Brasil e a África seguiram a queda da participação da África no comércio internacional, que, segundo Ribeiro (2007)⁵³ passaram de 3,3% em 1950, para 2,3 em 1975, 1,0% em 1993 e 0,8% em 1995. Além disso, a África não era capaz de elevar o Brasil a um patamar de visibilidade no cenário internacional, ficando à margem internacional, o que provocou desinteresse nessas relações.

Nesse momento, o rol de investimentos e de objetivos em relação à África foi reduzido pelo Executivo brasileiro, passando a concentrar seu foco nos países africanos que falavam português, possuindo, segundo Ribeiro (2007)⁵⁴, uma representação brasileira em todos os países africanos falantes do português, à exceção de São Tomé e Príncipe. O autor destaca que esse contexto geopolítico possibilitou uma atuação brasileira de protagonista e mediador de interesses entre países sul-americanos e africanos.

O cenário de crise na África foi intensificado pela proliferação de doenças e subnutrição. Dos países mais pobres do mundo, Ribeiro (2007)⁵⁵ destaca que 66,6% eram africanos, chegando, até, à uma classificação desses países como “O Quinto Mundo”.

O governo Collor foi marcado pela tentativa de desvinculação da imagem do Brasil como país de Terceiro Mundo e a entrada, finalmente, na modernidade, e o continente africano continuou ausente das principais metas de política externa. O Brasil alcançou tal objetivo, conforme Ribeiro (2007)⁵⁶, sobretudo por ter sido sede de conferências internacionais importantes sobre o clima, culminando na Agenda 21 e na Declaração do Rio e na mudança de paradigma, em que a proteção ambiental estaria atrelada ao desenvolvimentismo, num modelo nominado Desenvolvimento Sustentável.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), a atuação brasileira foi redirecionada ao MERCOSUL e aos países em desenvolvimento, posteriormente denominados BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). No âmbito das Nações Unidas, o Brasil viu nas Operações de Paz uma oportunidade de fortalecer sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança, utilizou ações na África, principalmente em Angola, para gerar mais visibilidade ao país.

Ribeiro (2007)⁵⁷ destaca o declínio do número de diplomatas em território africano, que diminuiu de 34 em 1983 para 24 em 1993 e as fortes críticas que tal fenômeno recebeu, entre as quais se pode citar a de que diplomatas não eram negociadores, então não deveriam atuar somente sob a orientação da Economia. Mas, por meio do diplomata Celso Amorim, a África reconquistou

⁵³ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 82.

⁵⁴ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 89.

⁵⁵ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 91.

⁵⁶ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 100-101.

⁵⁷ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 113.

importância, sobretudo com o projeto das Comunidades de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Cooperação do Atlântico Sul, atuação que visava angariar apoio dos países africanos em votações das quais fosse parte o Brasil em foros multinacionais.

No governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu a autonomia pela integração para justificar a atuação brasileira de fortalecimento regional da América do Sul. Lechini (2008)⁵⁸ fortalece o fato de que, dadas as limitações econômicas entre o Brasil e a África, a atuação do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) no continente envolveu a proposta de um tratado de desnuclearização e de proteção do meio ambiente do Atlântico, demonstrando a preocupação do Executivo com a segurança nacional e com a manutenção de boas relações com os países próximos. Os problemas macroeconômicos e orçamentários do Brasil na época justificaram a retirada de postos diplomáticos na África, embora vários países africanos tenham crescido economicamente renovando o interesse nas relações Brasil-África (Tabela 01).

Tabela 01 – Fases Econômicas da África

Períodos	TMAC*	Situação Econômica
1960-1974	5,2%	Crescimento
1974-1981	2,7%	Declínio
1981-1993	1,0%	Estagnação
1993-2002	3,2%	Recuperação

*Taxa Média Anual de Crescimento

Fonte: RIBEIRO (2007).

Ribeiro (2007)⁵⁹ também destaca a concentração e seletividade que pautaram a atuação brasileira em relação ao continente africano, que focou em três países: Angola, Moçambique e África do Sul. Lechini (2008)⁶⁰ chama o fenômeno de seletivismo.

A constituição da CPLP (1996) não significou incremento econômico e comercial significativo entre o Brasil e os demais membros, conforme se visualizam nos gráficos abaixo, uma vez que os principais parceiros comerciais nesse rol continuaram a ser Portugal e Angola.

Além disso, Ribeiro (2007)⁶¹ afirma que Brasil obteve ganhos econômicos oriundos da CPLP, mas que isso não foi percebido pela maioria de países africanos lusófonos, que visualizaram uma carência de atuação política na Comunidade, sendo a mesma embaçada, sobremaneira, em aspectos culturais e históricos.

⁵⁸ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 65.

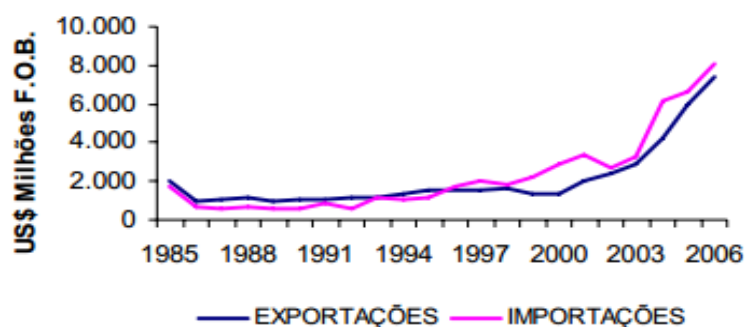
⁵⁹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 139.

⁶⁰ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 62.

⁶¹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 145.

Como se pode visualizar, as relações econômicas Brasil-África continuaram baixas e estáveis entre os anos 1985 e 2000, demonstrando a inexpressividade do continente em relação às prioridades estabelecidas pelo Governo Brasileiro (gráfico 02).

Gráfico 01 – Evolução das relações Brasil-África de 1985 a 2006



Fonte: RIBEIRO (2007).

Durante o governo Lula (2003-2010), houve uma considerável alteração da política externa brasileira, com a inclusão da África entre uma das prioridades do Governo, que focou na capilarização do Brasil em todos os continentes como forma de fortalecer a imagem do país no cenário internacional. As relações Sul-Sul foram incrementadas consideravelmente, e não restaram de fora os países africanos.

Tal fenômeno pode ser visualizado com a reabertura de embaixadas e consulados na África fechadas no governo Fernando Henrique Cardoso, totalizando, segundo Ribeiro (2007)⁶², 13 novos postos, e elevando para 30 embaixadas e 2 consulados-gerais os números de representações oficiais do Brasil no continente africano. Além disso, uma reforma interna do Ministério das Relações Exteriores conferiu uma ala própria voltada à África.

Ribeiro (2007)⁶³ destaca que a adoção de regimes democráticos e estáveis, a adoção de políticas econômicas de estabilização macroeconômicas e a superação do modelo de substituição de importações por um de alinhamento aos fluxos de comércio e investimento internacionais, deu nova roupagem à economia dos países africanos o que facilitou essa aproximação do Brasil.

As relações comerciais entre o Brasil e a África cresceram consideravelmente entre 1996 a 2006. As exportações direcionadas ao continente africano cresceram 487% no período, havendo crescimento de 315% somente entre os anos de 2002 a 2006. As importações, no mesmo período,

⁶² RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 172.

⁶³ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 178.

cresceram 478%. A corrente de comércio passou de US\$6 bilhões em 2003 para US\$15 bilhões em 2006.

Desse total, Angola, África do Sul e Nigéria representam 48% das exportações brasileiras e 53% das importações africanas para o Brasil, segundo Ribeiro (2007)⁶⁴, mostrando que o Brasil ainda possui um enorme potencial de exploração das relações comerciais com os outros países pertencentes à África Portuguesa.

O ex-presidente Lula também desempenhou o que foi nominado de diplomacia presidencial, ao passo que visitou pessoalmente diversos países no continente africano e, através das viagens oficiais, possibilitou o estreitamento de laços econômicos e políticos entre os países, encorajando, também, empreendedores brasileiros a investirem no continente africano.

Lechini (2008)⁶⁵ destaca como importante conquista em relação a um maior reconhecimento da influência da África na cultura brasileira a obrigatoriedade, por meio da Lei Federal nº 10.639, aprovada em 10 de janeiro de 2003, do ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras em todos os níveis de ensino.

A atuação brasileira também não se limitou aos países-membros da CPLP, denotando um aumento do interesse no continente como um todo como eventual parceiro brasileiro. Ribeiro (2007)⁶⁶ destacou que tal mudança de postura representou uma superação do paradigma estritamente econômico e imediatista para o paradigma político e estratégico, de longo prazo.

Lechini (2008)⁶⁷ defende que o ex-presidente Lula, por meio de suas viagens oficiais, propagou a utilização de biocombustíveis e a promoção da tecnologia brasileira na produção desse tipo de combustível. A atuação do ex-presidente Lula e a política de valorização da África fizeram com que o comércio entre o Brasil e o continente africano saltassem de US\$5 bilhões em 2002 para aproximadamente US\$20 bilhões em 2007, fazendo com que as relações econômicas e comerciais com a África representassem 7% do Comércio Exterior Brasileiro.

Rosso e Deliberati (2015)⁶⁸ defendem que o governo Dilma continuou os avanços de aproximação com África iniciados no governo de seu antecessor. Entre os programas criados, está o ProSavana, firmado em 2011, que envolve cooperação trilateral entre Japão, Brasil e Moçambique que envolve a melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento

⁶⁴ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 188.

⁶⁵ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 67.

⁶⁶ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 176.

⁶⁷ LECHINI, G. *O Brasil...*, cit., p. 68.

⁶⁸ ROSSO, D.; DELIBERATI, D. *Relações...*, cit., p. 12.

da agricultura nas regiões de Nacala. Esse projeto tem envolvimento da EMBRAPA em conjunto com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

O governo Dilma priorizou, também, projetos na área de segurança, sendo realizados programas de capacitação militar com todos os países africanos falantes do português. Também foram perdoadas dívidas de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

4 RELAÇÕES BRASIL E PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (PALOP) GRANDES E PEQUENOS

Para facilitar a explicação, Rosso e Deliberati (2015)⁶⁹ dividem os países africanos de língua portuguesa em Grandes PALOP e Pequenos PALOP em relação às relações econômicas e comerciais com o Brasil. Entre os Grandes PALOP, estão Angola e Moçambique, que possuem verdadeiro intercâmbio comercial com o Brasil. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe compõem o Pequeno PALOP, que somente realizam trocas comerciais.

4.1 RELAÇÃO BRASIL – ANGOLA

Rosso e Deliberati (2015)⁷⁰, em relação a Angola, destacam a importância assumida na comercialização de tecnologia, bens de capital e investimentos em infraestrutura, inclusive com obras de saneamento básico e construção de hidrelétricas, como principais pontos das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e o país africano.

O relacionamento econômico entre Brasil e Angola é intenso desde 1975 de acordo com Ribeiro (2007)⁷¹, sobretudo baseado no petróleo, apesar do país não ser o principal parceiro comercial do Brasil na África. Empresas brasileiras como a Petrobrás, Furnas e a Odebrecht encontraram um mercado aberto e promissor no país. Angola obtivera empréstimos junto a linhas de crédito disponibilizadas pelo Brasil a fim de fortalecer as relações comerciais entre os países, e uma forma de amortização da dívida era o envio de barris de petróleo.

Contudo, como reflexo do declínio das relações econômicas entre as duas nações, em 1994, o país africano suspendeu a remessa de barris parou, criando ainda mais problemas entre os dois Estados. Segundo Ribeiro (2007)⁷², os conflitos internos em Angola também serviram para desencorajar empresas brasileiras a continuarem investindo no país. A ampliação das linhas de crédito direcionadas ao país a um valor de US\$580 milhões no triênio 2005-2007, as exportações de automóveis e viaturas

⁶⁹ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 13.

⁷⁰ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 05.

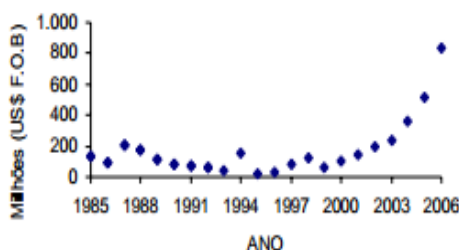
⁷¹ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 149.

⁷² RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 109.

de polícia, a conclusão da Hidrelétrica de Capanda e a contratação de projetos em infraestrutura, saneamento e agricultura favorecem ainda mais as relações angolana-brasileiras.

Rosso e Deliberati (2015)⁷³ destacam que as exportações brasileiras para o país alcançaram US\$1,2 bilhões em 2014, valor próximo ao de US\$1,1 bilhão de importações de Angola para o Brasil. Ainda, apontaram produtos manufaturados e bens básicos, como açúcar, carnes bovinas e de frango congeladas como principais produtos de comercialização entre Brasil e Angola. Por todos esses motivos e pelo histórico das relações entre os dois países, Angola tem grau máximo de importância geopolítica para o Brasil.

Gráfico 02 – Relações Econômicas Brasil/Angola



Fonte: RIBEIRO (2007).

Rosso e Deliberati (2015)⁷⁴ destacam o fim da Guerra Civil em Angola, também, como um importante fator que facilitou o aumento do intercâmbio com o Brasil, sobretudo durante o governo Lula. A destruição e a baixa concorrência atraíram empresas brasileiras de construção civil no processo de reconstrução pós-guerra, sobretudo as construtoras Queiroz Galvão, Odebrecht e Andrade Gutierrez, sendo viabilizados diversos financiamentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – banco público brasileiro, o que foi muito importante na geração de emprego aos angolanos.

Por esses motivos, Angola, ante a estabilidade política e situação econômica que deve sofrer melhoria com o recente incremento do preço do petróleo; em virtude de representativo potencial nos recursos naturais e energéticos, além de população de mais de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de habitantes, com o maior PIB per capita dentre os países analisados; compras de produtos que excedem 7% das exportações brasileiras para o continente Africano (exceto oriente médio) é o país de mais elevado grau de importância geopolítica do Brasil na África portuguesa.

⁷³ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 12.

⁷⁴ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 06.

4.2 RELAÇÃO BRASIL – MOÇAMBIQUE

Em relação a Moçambique, a relação do Brasil com o país já teve momentos bastante complicados, uma vez que o apoio dado pelo Brasil ao colonialismo português trouxe desconfiança entre os cidadãos desse país africano no que tange às intenções brasileiras em seu território, segundo Rosso e Deliberati (2015)⁷⁵, além da preferência do país africano em manter relações com países do antigo bloco socialista, do qual o Brasil não fazia parte.

Ainda hoje, o país enfrenta problemas da ordem de instabilidade interna, mas que estão sendo estabilizados pelo atual governo. Ribeiro (2007)⁷⁶ elenca o nível de endividamento do país, um dos maiores do mundo, como o principal entrave a um melhor nível de crescimento e de investimento brasileiro no país. A empresa brasileira Vale do Rio Doce conseguiu vencer a concorrência para exploração do complexo carbonífero de Moatize, no norte do país, o que estreitou as suas relações com o Brasil.

Rosso e Deliberati (2015)⁷⁷ evidenciam o avanço das relações do Brasil com Moçambique durante o governo Lula, no qual várias empresas nacionais passaram a atuar em cooperação com o governo moçambicano, como no caso da mina de Moatize, construída pela empresa brasileira Vale do Rio Doce, com operações em solo moçambicano desde 2004; na reativação da Linha do Sena (ferrovia); na construção do porto de Nacala, em Nampula; e na cooperação governamental visando o fomento de utilização de energia limpa, principalmente de biocombustíveis, entre os quais se destaca o etanol.

Rosso e Deliberati (2015)⁷⁸ também destacam a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na oferta de cursos e suporte visando a capacitação técnica de produtores agrícolas e transferência de tecnologia para o campo, com sede nos esforços de melhoramento dos setores de segurança alimentar e saúde. Somado, o Programa de Cooperação Internacional para Ações de Prevenção e Controle do HIV/AIDS para países em desenvolvimento, criado no governo Lula, e que tinha Moçambique como um dos principais beneficiários.

Rosso e Deliberati (2015)⁷⁹ apontam trigo e misturas de trigo com centeio, carne de frango congelada, obras de ferro e aço e alguns veículos aéreos como principais produtos envolvidos nas trocas comerciais entre o Brasil e Moçambique. Em relação a números de relações comerciais, a cifra das exportações brasileiras para o país, em 2014, foi de US\$63,9 milhões, tendo o intercâmbio

⁷⁵ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 05.

⁷⁶ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 150.

⁷⁷ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 08.

⁷⁸ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 09.

⁷⁹ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 09-13.

comercial entre os anos de 2010 e 2014 aumentado 74,8% - aumento de 58,2% das exportações e 409,7% das importações.

Por esses motivos, Moçambique, apesar de ser área de grande conflito militar e de instabilidade política, em virtude de representativo potencial nos recursos naturais e energéticos, além de população expressiva que pode se tornar um mercado consumidor com o crescimento da economia, é de elevado grau de importância geopolítica do Brasil na África.

4.3 RELAÇÃO BRASIL – CABO VERDE

Cabo Verde tem sido palco de atuação brasileira no tocante a acordos de cooperação técnica e formação de quadros, possibilitando, segundo Ribeiro (2007)⁸⁰, o crescimento de estudantes desse país em Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Também foi criada uma rota aérea direta entre Fortaleza, no Brasil, e Cabo Verde, sendo um canal de abertura para maiores interações comerciais entre os países.

Rizzi (2012)⁸¹ afirma que, durante o governo Lula, as exportações do Brasil para Cabo Verde aumentaram 203%. Em complementação, Rosso e Deliberati (2015)⁸² trazem que o Brasil, em 2014, foi o 5º principal importador do país, negociações que envolveram US\$25,4 milhões. Assim, Cabo Verde tem destaque razoável de importância geopolítica do Brasil na África.

4.4 RELAÇÃO BRASIL – GUINÉ-BISSAU

No tocante às relações entre Brasil e Guiné-Bissau, o ponto de maior destaque dado por Ribeiro (2007)⁸³ foi a atuação brasileira, junto com a CPLP, na garantia da integridade territorial daquele país quando o governo oficial foi deposto, por iminente ameaça de invasão por tropas de Senegal.

Rosso e Deliberati (2015)⁸⁴ destacam ações promovidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que possui centro de ensino em Guiné Bissau, como importante elo entre o Brasil e o país africano. Rizzi (2012)⁸⁵ afirma que, durante o governo Lula, as exportações do Brasil para Guiné-Bissau aumentaram 5.600%.

⁸⁰ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 148.

⁸¹ RIZZI, K. *O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, p. 216.

⁸² ROSSO, D.; DELIBERATI, D. *Relações...*, cit., p. 12.

⁸³ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 148.

⁸⁴ ROSSO, D.; DELIBERATI, D. *Relações...*, cit., p. 11.

⁸⁵ RIZZI, K. *O grande...*, cit., p. 216.

Recentemente, segundo Rosso e Deliberati (2015)⁸⁶, o governo brasileiro, durante a gestão Dilma, prestou suporte técnico às eleições realizadas em Guiné-Bissau, posicionando-se como importante aliado na defesa da democracia.

Apesar dos avanços, a importância de Guiné-Bissau para a geopolítica brasileira na África é pouco expressiva, pois o país não possui grande potencial em relação aos interesses comerciais, recursos naturais e logística.

4.5 RELAÇÃO BRASIL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe saltou aos olhos brasileiros com a possibilidade da exploração de petróleo, que Ribeiro (2007)⁸⁷ considerou possível através da criação de uma *joint-venture* administrada por esse país, Portugal, Brasil e Angola. Entretanto, as negociações não foram bem-sucedidas e o projeto acabou sendo realizado entre a nação e a Nigéria.

Rizzi (2012)⁸⁸ destaca que, durante o governo Lula, as exportações do Brasil para São Tomé e Príncipe aumentaram 265%. Em complementação, Rosso e Deliberati (2015)⁸⁹ trazem que o Brasil exportou US\$672 mil, denotando ainda a pequenez da relação comercial entre os dois países.

Rosso e Deliberati (2015)⁹⁰ também afirmam que ações promovidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) estão sendo tomadas no país, que também possui centro de ensino, recentemente inaugurado em 2014. Devido ao aumento das relações entre Brasil e São Tomé e Príncipe e, principalmente, pela capacidade que o país possui a partir da descoberta de poços de petróleo, São Tomé e Príncipe subiu no grau de importância geopolítica do Brasil na África.

A junção dos Estados Africanos de Língua Portuguesa com realidades tão diversas para análise de conjuntura se torna deveras difícil. Contudo, utilizou-se, para o preenchimento do quadro acima, de média em decorrência de fatos ocorridos no continente mediante a análise de cada um dos Estados que compõe a “África Portuguesa” constantes de anexo deste trabalho.

Resta evidenciado que, haja vista a média aplicada, países como Moçambique, cujo governo é de grande instabilidade política e militar agrega valor a esta média, enquanto Estados como Angola que têm crescido consideravelmente do ponto de vista político e econômico, no aspecto militar e de oposição ao governo faz com que a média seja diminuída.

⁸⁶ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 12.

⁸⁷ RIBEIRO, C. *Relações...*, cit., p. 148.

⁸⁸ RIZZI, K. *O grande...*, cit., p. 216.

⁸⁹ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 12.

⁹⁰ ROSSO, D.; Deliberati, D. *Relações...*, cit., p. 11.

Haja vista tal diversidade é que, no gráfico a seguir, colocamos os fatores considerados individualmente e os países com similar realidade.

Tabela 02 – Instabilidade política, Recursos Energéticos e Fome Excessiva na África Portuguesa

Instabilidade política	Moçambique, Guiné-Bissau.
Recursos energéticos	Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe
Inflação	Angola, Moçambique.
	Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe

Fonte: Aatoria Própria (2022).

Observa-se, na figura acima, que a diversidade na configuração política e econômica dos países africanos que integram os países da CPLP demonstra quais devem ser os focos geoestratégicos do Brasil em suas relações internacionais, evitando, assim, confrontos internacionais e desgastes econômicos.

5 CONCLUSÃO

Entre os pontos em comum que ligam o Brasil aos países africanos de língua portuguesa, estão, além do idioma, que atua como facilitador de relações e da comunicação, tornando mais nítida as intenções e objetivos de ambas as partes; o cristianismo, seja em sua vertente do catolicismo, mais tradicional, ou em relação ao protestantismo, que tem crescido em número de adeptos, aproximando ainda mais esses países; e a origem em comum, todos colonizados por Portugal e, assim, explorados por aquele país, submetidos a um ideário terceiro-mundista que tende a ser superado com o passar dos anos.

Outro ponto de interseção que também se pode citar é o elemento cultural, já que o Brasil recebeu intensa influência africana, sobretudo literária, o que se percebe pela criação do Prêmio Camões que premia obras de autores de língua portuguesa, sempre havendo destaque para autores brasileiros e dos países africanos antigas colônias portuguesas. A troca de tecnologias se dá, sobretudo, pelas universidades que recebem estudantes africanos e que integram estes estudantes com os brasileiros, como é o caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –

UNILAB, fora os convênios celebrados entre universidades brasileiras e africanas para o intercâmbio de alunos e incentivo a pesquisas.

A África tem se modificado e o Brasil está a par disso, daí o estreitamento continuado das relações entre o Brasil e países do continente africano. A estabilidade política de países como Angola e a descoberta de recursos minerais como petróleo e gás natural, em Moçambique e São Tomé e Príncipe, tornam o continente africano cada vez mais atrativo ao Brasil do ponto de vista econômico. Além disso, o posicionamento do Brasil frente a essa comunidade favorece o princípio da autodeterminação, tendo em vista que, além da autonomia política, os Estados em questão possuem maior percentual de autonomia econômica.

O posicionamento geográfico do continente africano e a proximidade com o Brasil também facilita a manutenção dessas relações. Quer pelo tamanho da população, quer pela estabilidade política, quer pela presença de recursos naturais, Angola se mostra como estratégica para a manutenção das relações Brasil África Portuguesa. Cabo Verde, por sua vez, é geograficamente atrativo para o Brasil tendo em vista a sua posição no Oceano Atlântico em relação à África e à Europa.

Há que se ressaltar também a perspectiva de crescimento de infraestrutura a ser implementada por grandes empresas brasileiras, sobretudo construtoras, naqueles países, além da projeção de aumento de mercados consumidores de produtos exportados do Brasil ratifica esse interesse.

O maior desafio que tem se apresentado e que dificulta a manutenção dessas relações é a constante instabilidade política com constante modificação de governantes ainda presente nesses Estados africanos, além da existência de conflitos militares armados, assim como a instabilidade econômica que repercute severamente na capacidade de desenvolvimento desses países.

Tais relações são também dificultadas pela atual instabilidade política e financeira vivenciada pelo Brasil, que repercute em suas políticas internacionais, assim como a sua pouca capacidade de financiamento internacional aos países africanos o que o coloca em relação de desvantagem em relação a outros países, tais como a China, bem mais estabilizados economicamente e com maior possibilidade de exploração de matérias-primas e realização de investimentos em infraestrutura e comércio junto aos países africanos.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. Paz e Guerra entre as nações. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1979.
- ATENCIO, J. E. *Qué es la geopolítica*. Buenos Aires (Argentina): Editorial Pleamar, 2ª ed., 1975.
- BANCO MUNDIAL São Tomé e Príncipe: aspectos gerais. Portal do Banco Mundial [online]. 2017a. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- BANCO MUNDIAL Pobreza no Mundo. Portal do Banco Mundial [online]. 2017b. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/site-content/wdi/maps/maps-wdi-2016-sec-1-poverty.png>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- BRASIL. Exportações - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. Portal Aliceweb [online]. 2017. Disponível em: <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- BRITO, L. B. A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil. Portal Academia [online]. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/3827557/A_PRESEN%C3%87A_CHINESA_EM_ANGOLA_AMEA%C3%87AS_E_OPORTUNIDADES_PARA_O_BRASIL>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- CARVALHO JUNIOR, M. C. A presença da China na África e as ameaças ao Brasil. Informativo de Comércio Exterior AEB, vol. 108, n. 22, pp.01-20, 2011.
- FINGERMAN, N. N. Comentários à obra África parceira do Brasil Atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Revista Século XXI, Porto Alegre (RS), vol. 03, n. 01, 2012.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Crescimento do PIB por Região. Portal do Fundo Monetário Internacional. Portal do FMI [online]. 2017a. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Crescimento real de PIB. Portal do Fundo Monetário Internacional. Portal do FMI [online]. 2017b. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORD>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- HERMANN, C. Changing Course: *When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*. *International Studies Quarterly*, vol. 34, n. 01, p. 3-22, 1990.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. Parlamento Europeu abre exposição sobre Língua Portuguesa. Portal Wordpress [online]. 2014. Disponível em: <[://iilp.wordpress.com/2014/02/18/parlamento-europeu-abre-exposicao-sobre-lingua-portuguesa/](http://iilp.wordpress.com/2014/02/18/parlamento-europeu-abre-exposicao-sobre-lingua-portuguesa/)>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- LECHINI, G. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. Revista Nueva Sociedad [online]. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/318.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

- LIMA, M. R. S. Notas sobre as relações Brasil-África no contexto da política externa brasileira. Estudos Afro-Asiáticos, vol. 06, n. 07, 1982.
- MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos estud. [versão eletrônica] – CEBRAP, São Paulo (SP), 2006.
- MIYAMOTO, S. Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. Acta Geográfica, Boa Vista (RR): Edit. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014.
- PIMENTEL, J. V. de S. (2000). Relações entre o Brasil e a África Subsaariana. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 43, n. 01, Brasília (DF), 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100001>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- PORTAL DW. Cronologia do conflito entre a RENAMO e o Governo de Moçambique. Portal DW [online]. 2017a. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/cronologia-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-19105846>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- PORTAL DW. Conflitos e violência aumentam o número de refugiados em África. Portal DW [online]. 2017b. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/conflitos-e-viol%C3%Aancia-aumentam-o-n%C3%BAmero-de-refugiados-em-%C3%A1frica/a-18528015>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- PORTAL MOÇAMBIQUE PARA TODOS. Moçambique encerra 2016 com uma inflação de 25%. Portal Moçambique para todos [online]. 2016. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/01/mo%C3%A7ambique-encerra-2016-com-uma-infla%C3%A7%C3%A3o-de-25-ine.html>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- PORTAL TRADING ECONOMICS. Inflação de Angola. Portal Trading Economics [online]. 2018. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/angola/inflation-cpi>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- RIBEIRO, C. O. Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (SP), Brasil, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-31102007-145644/pt-br.php>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- RIZZI, K. R. O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54081>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- ROSSO, D. D.; DELIBERALI, D. Relações Comerciais Brasil-PALOP (2010-2014): evolução ou estagnação? 1º Seminário Internacional de Ciência Política. Estado e Democracia em mudança no século XXI. Porto Alegre (RS), 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/3.-ROSSO-Diulia-Dorneles-e-DELIBERALI-Daniel.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- SARAIVA, J. F. S. África parceira do Brasil Atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte (MG): Editora Fino Traço, 2012.

SILVA, G. do C. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro (RJ): Editora Univer Cidade, 2003.
STOESSINGER, J. G. O poder das nações. A política internacional de nosso tempo. São Paulo (SP): Editora Cultrix, 1978.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índices de Percepção de Corrupção 2016. Portal Transparência Internacional [online]. 2016. Disponível em: <http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>. Acesso em: 05 mai. 2022.

VAZ, A. C. Parcerias Estratégicas no Contexto da Política Exterior Brasileira: implicações para o MERCOSUL. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n. 02, 1999.